IMPRESSO
Remetente: Rua Otávio Corrêa, 45 – Cidade Baixa
90050-120 – Porto Alegre – RS

1ª quinzena de agosto de 2000

AD VERSO

Jornal da Adufrgs nº 66

Plebiscito da dívida é prioridade

Durante a Semana da Pátria, de 2 a 7 de setembro, os brasileiros poderão se manifestar sobre a dívida nacional. O Plebiscito está sendo organizado por entidades da sociedade civil, como a CNBB, a CUT, a Contag e a UNE. Aqui no Estado, o objetivo é atingir um milhão de pessoas. A comunidade universitária, segundo o presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, vai participar com prioridade da organização da consulta.

Página 4

Memorial
O descobrimento da História

O Memorial do Rio Grande do Sul, recentemente inaugurado, não é apenas um espaço de visitação ou consulta sobre o nosso passado. Lá, no antigo prédio do Palácio dos Correios, funciona também o Centro de História Oral que está reconstituindo a memória do povo gaúcho pela visão dos excluídos

Páginas 6 e 7

Capa de Fabricia Osanai sobre fotos de Gil Cafrune Gosch

A Dialética / Paolo Veronese

O nó é a dívida

Os movimentos sociais têm dinâmicas e conseqüências que não podem ser avaliadas só a curto prazo. Nessa perspectiva, o movimento reivindicatório dos funcionários públicos federais encerrou sua etapa paredista sem nenhum ganho concreto, a não ser uma vaga promessa de negociação por categoria. No entanto, pela primeira vez, de forma muito desigual e diferenciada, os funcionários, no seu conjunto, protestaram em relação à forma como são tratados pelo governo FHC.

Se não olharmos esse movimento de forma isolada, vemos que ele faz parte de uma retomada do movimento social, que se iniciou em 1999, depois da grande perplexidade vivida durante os quatro anos de reinado de dom Fernando.

A retomada tímida da economia a partir do fim de 1999 pode ser efêmera e está longe de garantir recursos pára resgatar a dívida social que se acumulou nesta década e na passada.

Nada está garantido a não ser a pirotecnia virtual da mídia em relação ao futuro radioso que agora se inicia. Finalmente, como em outras ocasiões (1995, 1997 etc.), vamos colher os frutos do sacrifício do povo (porque a turma do andar de cima sempre colheu frutos saborosos).

Um dos nós da política econômica do governo, que torna o país vulnerável e que limita as possibilidades de crescimento, é a dívida externa.

Como mostra a reportagem da página 4, além da sangria permanente de uma dívida cujo componente preponderante é o financeiro, a política econômica que o governo pratica é voltada para atração de capitais, na maior parte voláteis, que tem o objetivo de servir à dívida. Se a questão da dívida não for atacada, não se terá a soberania de definir uma política econômica que resgate a outra dívida – a social.

Por isso, nossa entidade nacional (Andes-SN) e local (Adufrgs) se envolve com força e entusiasmo, junto com estudantes, funcionários e mais CNBB, OAB, CUT etc., na realização do Plebiscito da Dívida Nacional.

As perguntas propostas pelo plebiscito são de grande maturidade, porque atingem o cerne da questão.

Deve-se manter o acordo com o FMI? Deve-se pagar a dívida sem antes proceder uma auditoria da mesma? O dinheiro público deve ser prioritariamente usado para pagar dívidas? Supondo que a resposta negativa a estas questões fosse acatada pelo governo, certamente uma nova dinâmica econômica e social se desencadearia e, apesar dos enfrentamentos e dificuldades, se abriria a possibilidade de resgatar a imensa dívida social que a Nação tem para com seu povo.

É um caminho difícil? É! Com incertezas? Sim! No entanto, o rumo atual – da submissão ao capital financeiro internacional – nos permite ter a certeza de que se continuarem as coisas como estão, vai se aprofundar a exclusão a miséria e a violência. Vamos todos participar do Plebiscito da Dívida Nacional.

P.S.: Esta edição é dedicada à memória do jornalista Aloysio Biondi, falecido no final de julho, que soube ser uma voz discordante do pensamento único e, com rara competência, levantou de forma clara e acessível complexas questões, contribuindo para seu entendimento, o que em si já é uma imensa contribuição para a conscientização de parcelas importantes da população brasileira.

Aloysio, a melhor homenagem que podemos te prestar é seguir desenvolvendo teu esforço nas linhas deste moderno jornal.

OBSERVATÓRIO

Campanha pró-CPI

As denúncias de corrupção envolvendo a presidência da República e o desvio de verbas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em São Paulo, estão suscitando diversas manifestações em todo o país. Desde o dia 10, o Fórum Nacional de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania desenvolve uma campanha pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Serão colhidas assinaturas de lideranças políticas e da população, a serem encaminhadas à Câmara Federal. Também está prevista a instalação de "placares" com os nomes dos deputados que votarem contra ou a favor das investigações.

Prudência

Empresários pediram prudência nas investigações. O documento, que não foi assinado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) nem pela Federação Nacional do Comércio, provocou a imediata reação da Central Única dos Trabalhadores. Em nota assinada por seu presidente, Kjeld Jakobsen, a entidade argumenta que Fernando Henrique Cardoso é que deveria ter tido cautela ao estabelecer relações com os envolvidos no escândalo do TRT de São Paulo. "Se o presidente não tem nada a esconder deveria ser o primeiro a exigir a mais pronta e completa apuração dos fatos."
(Fonte: CNB - CUT)

O Pagador de Promessas

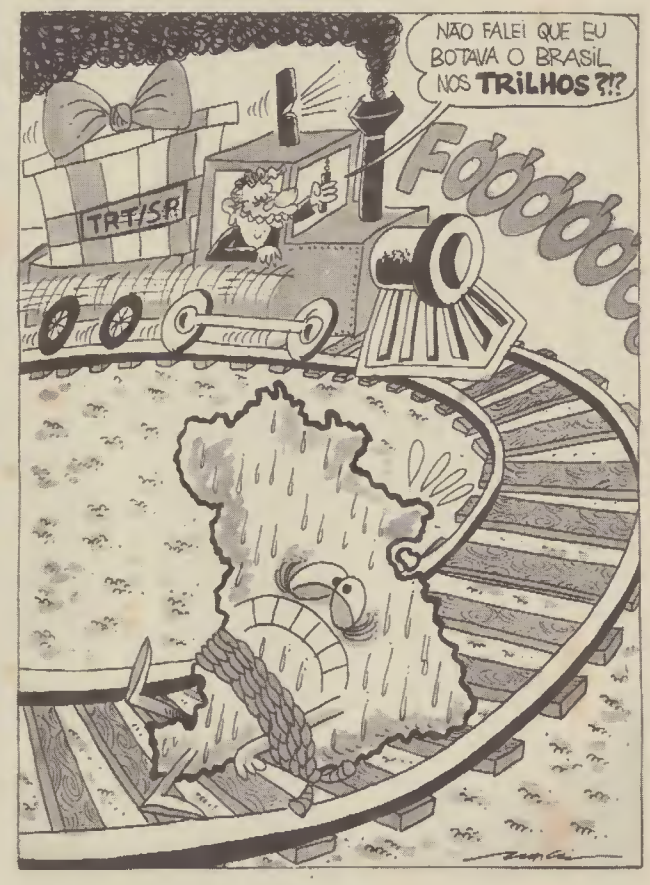
A trupe de atores do Depósito de Teatro inova ao remontar a peça "O Pagador de Promessas" nas escadarias da Igreja das Dores, no Centro de Porto Alegre. Clássico da dramaturgia brasileira, o texto de Dias Gomes usa o sincretismo religioso como pano de fundo para abordar a hipocrisia das autoridades no trato com os mais humildes. A peça tem a direção de Roberto Oliveira e integra a quarta etapa do Projeto Teatro Brasileiro, um resgate de textos dramáticos representativos da produção nacional. O espetáculo fica em cartaz até o dia 27/8, de quinta a domingo, às 20h. Durante a semana, o ingresso é um quilo de alimento ou um agasalho. Sábados e domingos, R$ 2,00, como contribuição para a restauração da Igreja.

Dinheiro sobrando

A Folha de São Paulo divulgou dia 8: o ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira, articulador da campanha da Fernando Henrique Cardoso em 1994, afirmou ao jornal que sobraram R$ 30 milhões (oficiais) e cerca de R$ 100 milhões extra-oficiais da campanha presidencial naquele ano. Ele foi convocado pelo Ministério Público para depor sobre as sobras no caixa de 1994. Perguntado pela reportagem sobre onde deveria estar este dinheiro (que poderia estar em um paraíso fiscal como as ilhas Cayman) o ex-ministro ironizou: "Provavelmente este dinheiro está em algum lugar e não é debaixo da cama". FHC respondeu ao jornal que nunca ouviu falar em sobras de sua primeira campanha.

Nicolau e o poder

O presidente da Câmara, Michel Temer, afirma: nunca falou para o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto. No entanto, o ex-juiz ligou pelo menos 17 vezes, entre 1997 e 1999, para o seu gabinete, conforme afirma a Folha de São Paulo. Em 1995, outro telefonema teria sido feito pelo ex-juiz, de sua casa para a do deputado. Conforme a matéria, das 18 ligações, dez têm pelo menos mais de um minuto. Temer se esquiva: se Nicolau falou com alguém em seu gabinete, não foi com ele.



AD VERSO

Publicação quinzenal
Impressa em papel Ecograph 75 gramas
Tiragem:5.500 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda.

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.
Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)
Reportagem: Jéferson Assumção, Marco Aurélio Weissheimer, Gil Cafrune Gosch e Vanessa Martins
Ilustrações: Mario Guerreiro
Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria
Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2ª Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2ª Suplente: Jaqueline Moll

ADufrgs
Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: http://www.adufrgs.org.br

SERVIDORES FEDERAIS

Votação do Orçamento da União define rumos do movimento

Fotos de Fabricia Osanai e Ibanes Lemos

A próxima batalha da luta dos servidores públicos federais por melhores salários e condições de trabalho vai se dar nos corredores do Congresso Nacional, durante a discussão do Orçamento Geral da União. A suspensão da greve unificada, no dia 18 de julho, não desmobilizou a categoria em âmbito nacional. A decisão de retornar ao trabalho, após mais de dois meses de paralisação, partiu da avaliação de que, apesar do ganho político e organizativo obtido, a correlação de forças existente foi insuficiente para vencer a intransigência do governo. Porém, os servidores poderão retomar o movimento, caso as negociações não prossigam de forma satisfatória e não haja avanço na discussão do Orçamento Geral da União.

Em seu melhor momento, a greve teve a adesão de 33 das 56 seções sindicais das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A partir de 9 de julho, algumas Associações de Docentes (ADs) deliberaram pela saída da greve, enquanto outras decidiram manter uma greve específica dos docentes das universidades federais. Esta parcela da categoria se sentiu prejudicada, por entender que o Comando Nacional de Greve não viabilizou a construção da greve específica.

No comunicado nº 25, o Comando Nacional informou sua conversão em Comando de Mobilização, com a avaliação de que a greve forçou o governo a negociar com o Legislativo a ampliação dos recursos destinados ao pagamento dos servidores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que abre a possibilidade de um reajuste linear em 2001. O comunicado também considera positivo o reconhecimento público do presidente da República e do ministro do Planejamento de que existe defasagem salarial do funcionalismo público. Na última audiência com o Comando Nacional de Greve, ainda no dia 6 de julho, o ministro Martus Tavares finalmente reconheceu o Comando de Greve como interlocutor dos servidores nas negociações. Por outro lado, o Comando Nacional admite que as conquistas concretas do movimento podem ter sido bem reduzidas. É o caso da Medida Provisória (MP) que reajustou um mínimo de categorias, a maioria das quais fora da greve, em valores no geral muito baixos e de forma diferenciada, com critério atrelado à avaliação de desempenho do servidor.

Aumento da massa salarial

Após um mês de paralisação dos servidores, o governo, sob o pretexto de isolar algumas carreiras que se enquadrariam na concepção de Estado mínimo, avançou na sua proposta de quebra do princípio constitucional da paridade e deixou de atender qualquer reivindicação da pauta conjunta. A pressão do movimento garantiu a inclusão do aumento da massa salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001. Através de um Memorando de Entendimento, o governo compreende que há evolução no diálogo e se compromete a criar uma comissão de interlocução, que abre a possibilidade de continuidade do diálogo. No entanto, o Comando Nacional de Mobilização avalia que, para atender a reivindicação do conjunto dos servidores públicos federais, é necessário inserir no Orçamento Geral da União (OGU) a previsão de um aumento da massa salarial. Neste sentido, os servidores deliberaram pela continuidade da resistência e conclamaram os parlamentares e a sociedade brasileira a se solidarizarem com o movimento em defesa de um serviço público gratuito e de qualidade. No dia 3 de agosto, foi realizado um ato no Congresso Nacional, com o objetivo de obter apoio dos deputados e senadores na votação do Orçamento Geral da União 2001.

A reunião do Setor das Federais da Andes-SN, realizada nos dias 21 e 22 de julho, levantou diversos questionamentos, que deverão ser debatidos pelos docentes: (1) aprovação ou não de indicativo de retomada da greve nacional unificada, caso não sejam alocados recursos para reajuste salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou caso os desdobramentos das negociações com o governo não atendam as reivindicações do movimento; e, (2) construção ou não de uma greve específica do setor das Ifes com pauta unificada do setor da educação ou com pauta específica.

Quanto à possibilidade de construção de uma greve específica dos docentes, existe uma forte polêmica entre as seções sindicais da Andes-SN. Algumas consideram que, do ponto de vista político, a proposta é inoportuna, pois envolve o embate entre posições políticas diametralmente opostas. Além disso, argumentam que o ânimo para a construção de uma greve é muito menor depois de dois meses de tentativa inexitosa. Por outro lado, existem ADs que apostam na possibilidade real de construir uma greve específica dos professores.

Reunião com o ministro

Em 21 de julho, a diretoria da Andes-SN esteve reunida com o ministro interino da Educação, Luciano Patrício. O encontro ratificou a diferença entre as concepções do governo e as dos docentes das Ifes, no que diz respeito ao futuro da universidade pública. O ministro confirmou a disposição do governo de extinguir o Regime Jurídico Único (RJU) e adotar, no serviço público, o regime seletista – baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quanto à carreira, Patrício considera que o problema estaria resolvido com a implementação da proposta de autonomia universitária defendida pelo Ministério da Educação (MEC). O movimento docente, em sua grande maioria, rejeita esta idéia, pois entende que, no molde apresentado, ela acaba com a isonomia entre as universidades.

No que diz respeito à retomada da greve dos servidores públicos federais, existem duas avaliações distintas no Comando Nacional de Mobilização. Um setor acredita que, apesar da importância de mantê-la em perspectiva, são tímidas as possibilidades dos servidores aderirem a uma nova paralisação. Outro setor aposta no agravamento da crise política que atinge o primeiro escalão do governo, fragilizando seu projeto junto à opinião pública e criando as condições para o reinício do movimento grevista.

PLEBISCITO

Organizadores querem atingir um milhão de gaúchos na consulta sobre a dívida externa

A vida acima da dívida

O Plebiscito da Dívida Nacional vai consultar os brasileiros, de forma extra-oficial, entre os dias 2 e 7 de setembro. De acordo com a Irmã Maria de Lourdes Goronci, assessora do setor social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma das organizadoras da consulta, a proposta faz parte da campanha Jubileu 2000, realizada pela Igreja Católica, que pede o perdão das dívidas dos países pobres. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), as entidades que representam professores, alunos e servidores também estão dando prioridade ao plebiscito, informa o presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt.

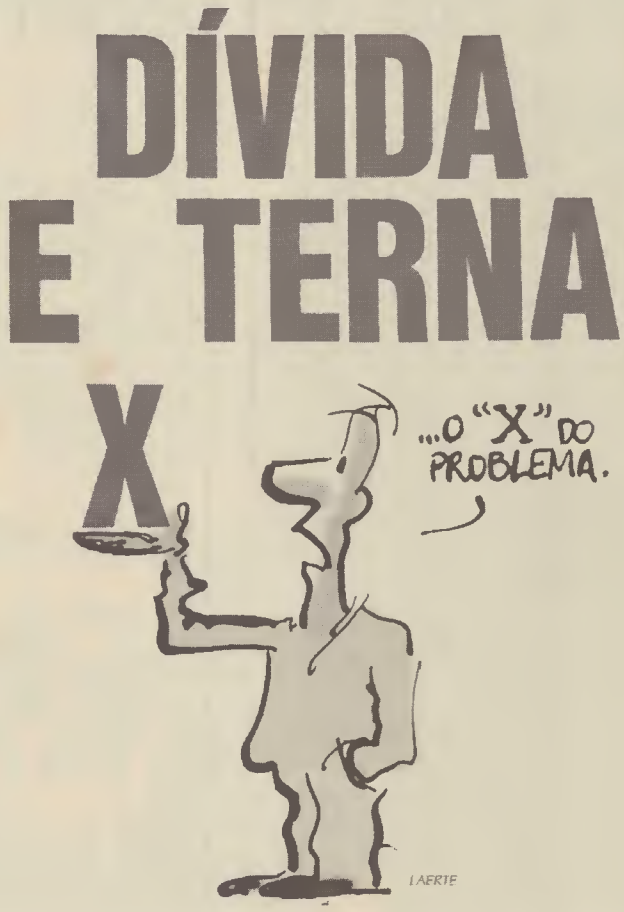
Durante uma semana, serão instaladas urnas em todos os Estados – em igrejas, sindicatos, colégios, universidades, estações de metrô, etc. No Rio Grande do Sul, o objetivo é atingir um milhão de eleitores. A cédula conterá três perguntas, para as quais o cidadão responderá apenas SIM ou NÃO:

1."O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?";

2."Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do dinheiro público para pagar a dívida interna aos especuladores?";

3."O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI?"

O Plebiscito Nacional pretende levar o debate à opinião pública, mostrando que as dívidas externa e interna são as principais causas do aprofundamento dos problemas sociais e ecológicos no Brasil. O plebiscito quer colocar o tema na pauta das mobilizações populares e questionar o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil, lutando pela recuperação da soberania nacional. A atividade vai somar forças na reivindicação de uma Auditoria Pública da dívida externa e interna, da suspensão do pagamento da dívida externa e da adoção de controles sobre a política de endividamento.



Legal, legítimo e democrático

As entidades vão propor ao Congresso Nacional que convoque um Plebiscito sobre a questão da dívida externa e interna. Mas, como normalmente nossos governantes não costumam nem gostam de consultar o povo, justificam os organizadores, o Plebiscito de setembro será uma consulta aos cidadãos organizada por pessoas e entidades da sociedade civil. Segundo a CNBB, este plebiscito "é legal, pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta; é legítimo, pois a questão da dívida externa está carregada de ilegalidades e injustiças, e pesa demais na vida do povo; seu poder é moral, pois não obriga o governo a seguir as decisões votadas, mas o coloca em julgamento ético e político; e, além disso, tem grande poder de pressão e democratiza o nosso país".

As características do endividamento

TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

De acordo com o Tribunal da Dívida Externa, realizado no ano passado pela CNBB, em conjunto com diversas entidades civis, a dívida externa tem características, no mínimo, injustas. "Foi feita sem nenhuma autorização do povo; a última renegociação aconteceu sem uma auditoria pública, como determinava a Constituição de 1988; nos últimos anos, o governo tem tomado empréstimos apenas para pagar os juros dos empréstimos anteriores; e, se somarmos os recursos já enviados ao exterior nos últimos 15 anos, os valores são várias vezes superiores ao que recebemos, portanto, moralmente a dívida já foi paga", conclui.

Os números da dívida

Segundo dados do Banco Central, no final de 1994, a dívida externa do Brasil era de US$ 148 bilhões; no final de 1998, o Brasil tinha uma dívida de US$ 243 bilhões. Nos últimos quatro anos, a Nação remeteu aos credores US$ 126 bilhões de dólares e a dívida está ainda em US$ 238,9 bilhões de dólares. Nada menos do que US$ 1.493,12 – R$ 2.762,28 por brasileiro, tomando-se por base uma população de 160 milhões de pessoas.

Para cada dólar recebido, os países pobres desembolsam 11 para pagar os juros. Alguns gastam até 30% do que produzem para pagar juros e amortizar prestações.

Em 1999, 64% dos recursos do Orçamento Federal brasileiro foram destinados à amortização da dívida externa e interna e ao pagamento de juros e encargos destas dívidas. O que se poderia fazer com os 126 bilhões de dólares enviados ao exterior para pagamento de juros e amortização da dívida de 1995 a 1998?

- cobrir, por 106 anos, o "rombo" de dois bilhões e duzentos milhões de reais, neste ano 2000, se o salário mínimo fosse elevado para R$ 171,00;
- pagar um "bônus" de R$ 1.474,00 para cada brasileiro ou de 45.677,00 para cada família que vive com um salário mínimo;
- criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis ou 10,5 milhões em indústrias têxteis;
- construir 15,55 milhões de moradias populares, de 35 m², em lotes de 200 m², ao custo de R$ 15.000,00;
- duplicar os gastos em educação e ainda construir 6,56 milhões de escolas (a R$ 13 mil cada) ou 948 mil postos de saúde (a R$ 90 mil cada);
- assentar 5,83 milhões de famílias de agricultores, ao custo de R$ 40.000,00 cada;
- cobrir, por 12 anos, o déficit da Previdência de 19,2 bilhões em 1997;

Curiosidades

O Brasil arrecadou 85 bilhões com a venda de 63 estatais de 1991 a 1998 – 2/3 do que enviou aos credores de 1995 a 1998. Sendo que para tornar vendáveis as empresas, o País gastou mais do que arrecadou. Logo, a Nação perdeu três vezes!

O Governo diz que paga a dívida para continuar recebendo investimentos externos. De 1995 a 1998, entraram no Brasil U$ 66,53 bilhões de investimentos líquidos estrangeiros. Mas saíram 126 bilhões.

O Governo Federal gastou em 1999 cerca de 44% de todas as receitas do orçamento (R$ 127 bilhões) com pagamentos de juros e amortizações da dívida interna e externa. Isso pode ser comparado com os 19 bilhões de reais que gastou na saúde, nove bilhões no MEC, 1,2 em reforma agrária, e zero em recursos para moradia popular.

A dívida externa no mundo: em 1980 a dívida externa de todos os países do terceiro mundo era de 603 bilhões de dólares. Depois de 16 anos, essa dívida aumentou para 2,1 trilhões. No entanto, o investimento estrangeiro nesses mesmos países passou de 108 bilhões de dólares em 1980 para apenas 238 bilhões em 1996. (Fonte: relatório anual do Banco Mundial, 1999)

Segundo dados da Folha de São Paulo, cerca de 38% do capital estrangeiro que entrou foi utilizado na compra de empresas estatais, e o restante foi utilizado em bolsa de valores ou reinvestimentos nas empresas multinacionais que já operam no País. (Fonte: Gazeta Mercantil 24/01/2000).

Durante o ano de 1999 o Brasil enviou para o exterior cerca de sete bilhões de dólares, na forma de remessa de lucros e dividendos para as matrizes das filiais multinacionais em operação no País. Esse volume de recursos é o maior da história brasileira. Nas décadas anteriores o País costumava enviar menos de um bilhão por ano.

Entidades que estão participando da campanha:

COORDENAÇÃO NACIONAL: CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e suas /Pastorais Sociais; CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Católicas; CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura; CMP – Central dos Movimentos Populares; CUT – Central Única dos Trabalhadores; IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil; CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; SESI – Serviço Social da Indústria; UNE – União Nacional dos Estudantes; FISENGE – Federação Interestadual de Sindicatos dos Engenheiros; PACS – Instituto de Políticas Alternativas Para o Cone Sul; CARITAS e REDE BRASIL entre outros.

Contatos com as secretarias operativas do Plebiscito

http://www.jubileu2000.org.br –
http://www.jubileu2000rj.hpg.com.br
jubileu2000@jubileu2000.org.br

Secretaria Executiva do Plebiscito Nacional da Dívida Externa

Setor Pastoral Social da CNBB – SE/Sul - QD. 801
Conj. B - CEP 70401-900 Brasília/DF
Tel: (61) 313-8323 – Fax: (61) 313-8303
E-mail: psocial@cnbb.org.br

Os dados referentes ao Brasil são provenientes de fontes oficiais do Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas, e Orçamento da União/99.

AMBIENTE 2000

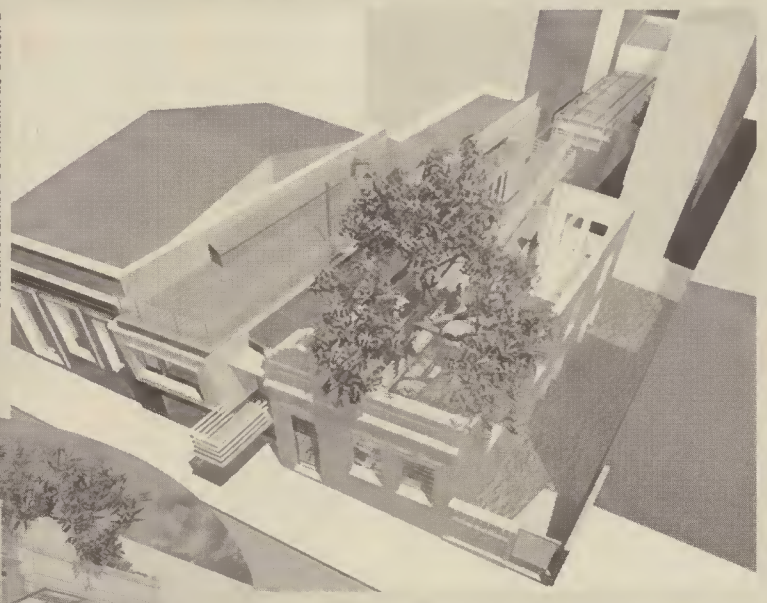
O campo pode estar no Centro

"Eu quero uma casa no campo do tamanho ideal feita de pau-a-pique e sapê para plantar amigos, discos e livros e nada mais", diz a letra de "Casa no Campo", escrita por Zé Rodrix nos anos 70. Ideal alternativo da época, a preocupação com o ambiente em que se vive e com o seu desenvolvimento sustentável deixou de ter a pecha de utopia "hippie" há muito tempo. Um planejamento arquitetônico mais humano começa a tomar força no mercado e no meio acadêmico.

Seguindo essa linha, os estudantes de arquitetura da Ufrgs Cristiano Kunze (7º semestre) e Nathalia de Oliveira (8º semestre), receberam menção honrosa pela sua participação no concurso latino-americano Ambiente 2000. Etapas locais da mostra foram desenvolvidas de abril a junho deste ano, promovidas pelas revistas Ambiente, Fundación Cepa e Nordelta S.A., todas da Argentina, e apoiadas por arquitetos da organização internacional ArquiAm. O resultado final foi divulgado no dia 5 de julho, no dia mundial do meio ambiente.

Participando na categoria Casa Ambiental – destinada a universitários –, Kunze e Nathalia projetaram uma moradia auto-sustentável em pleno centro de Porto Alegre. No lugar do "campo", a ruína de uma antiga casa colonial, onde a vegetação nativa retomou o espaço anteriormente ocupado pela construção. O tamanho ideal do prédio, segundo as regras, deveria acomodar uma família média. Eles optaram por um sobrado com sala, cozinha, copa e lavabo no primeiro andar e 4 dormitórios e uma sala no segundo.

O pau-a-pique foi trocado por estruturas feitas de trilhos de aço de bondes e trens – encontrados nos ferros-velhos da capital. Em substituição ao sapê, um "sanduíche" de compensado, sustentado por chapas de alumínio – utilizadas como matriz nas impressões do tipo off-set. Além dos amigos, discos e livros, foi reservado um espaço para se plantar verduras, legumes e flores, prevendo uma horta familiar e uma pequena floricultura.



Cristiano Kunze e Nathalia de Oliveira

Kunze: "Ficou interessante por causa desse contraste. Ao lado de uma ruína, projetamos uma construção contemporânea, de alumínio, assumindo esse caráter atual, mas valorizando o antigo.

"Nós previmos a utilização de materiais de baixo custo, mas também a auto-sustentabilidade do morador", explica Kunze. "E aliamos a isso o fato de a pessoa estar morando no centro, e ao mesmo tempo, no 'meio do mato' ", completa.

Sustentabilidade ambiental e cultural

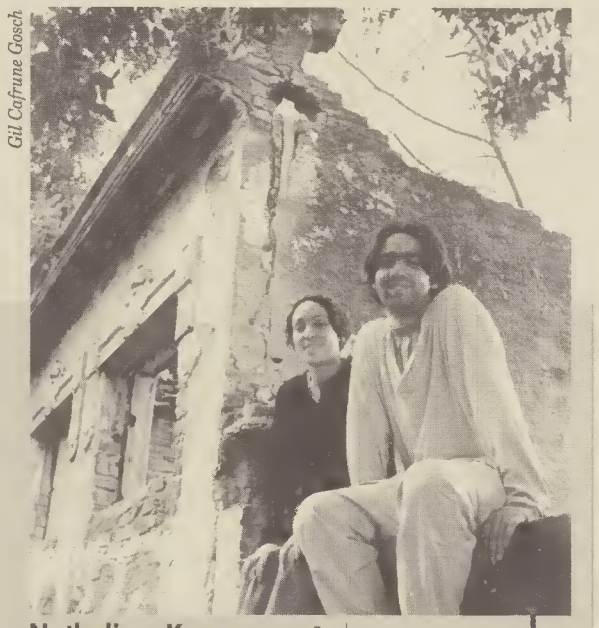
Os terrenos utilizados como base para o trabalho ficam na Rua Demétrio Ribeiro, próximo à ponta do Gasômetro. A fachada de uma casa colonial, remanescente de um conjunto arquitetônico do início do século, ocupa parte do lote. "Eu estava 'namorando' essa ruína há tempo. Preservamos a construção e encaixamos o projeto de uma casa", conta Kunze.

Com 4,40m de largura e 21m de comprimento, a casa do projeto é sustentada pelas vigas de aço feitas de trilhos e fica afastada do chão, como uma palafita. "Isso a protege da umidade e preserva a vegetação natural, que tomou conta do solo." O terreno, nos fundos, tem mais 31m de comprimento, com um terraço e espaço para uma estufa e uma pequena loja – que ficaria de frente para a rua Washington Luís, no outro extremo. Ao lado, a antiga construção abriga um jardim natural. Amplas janelas e portas, de frente para a ruína, permitem a circulação adequada de ar. Um terraço de grama no alto da casa serve como isolante térmico, além de manter a integração com a natureza.

Para o estudante, a preocupação ambiental do trabalho também envolve a revalorização de um dos lugares mais antigos de Porto Alegre. "Na Duque, Fernando Machado e Demétrio, o que mais tem é este tipo de casinha. A tendência do mercado imobiliário é destruir isso e construir prédios, verticalizando tudo", salienta.

O arquiteto Leandro de Andrade, professor do departamento de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Ufrgs, concorda que a sustentabilidade não deve ser pensada apenas em termos ambientais e econômicos. "Eles se destacaram durante o julgamento porque tentaram cercar vários enfoques, inclusive o da sustentabilidade cultural, respeitando a arquitetura daquele setor da cidade", ressalta. Andrade destaca que os projetos brasileiros inscritos na mostra apresentaram condicionantes urbanos muito fortes. "A casa deles seguiu essa linha. Mas, além disso, eles conseguiram adequar os fatores bioclimáticos e propor alternativas, como a utilização de materiais menos agressivos e a produção de subsistência", conclui.

Gil Cafrune Gosch



Nathalia e Kunze: menção honrosa no concurso latino-americano Ambiente 2000

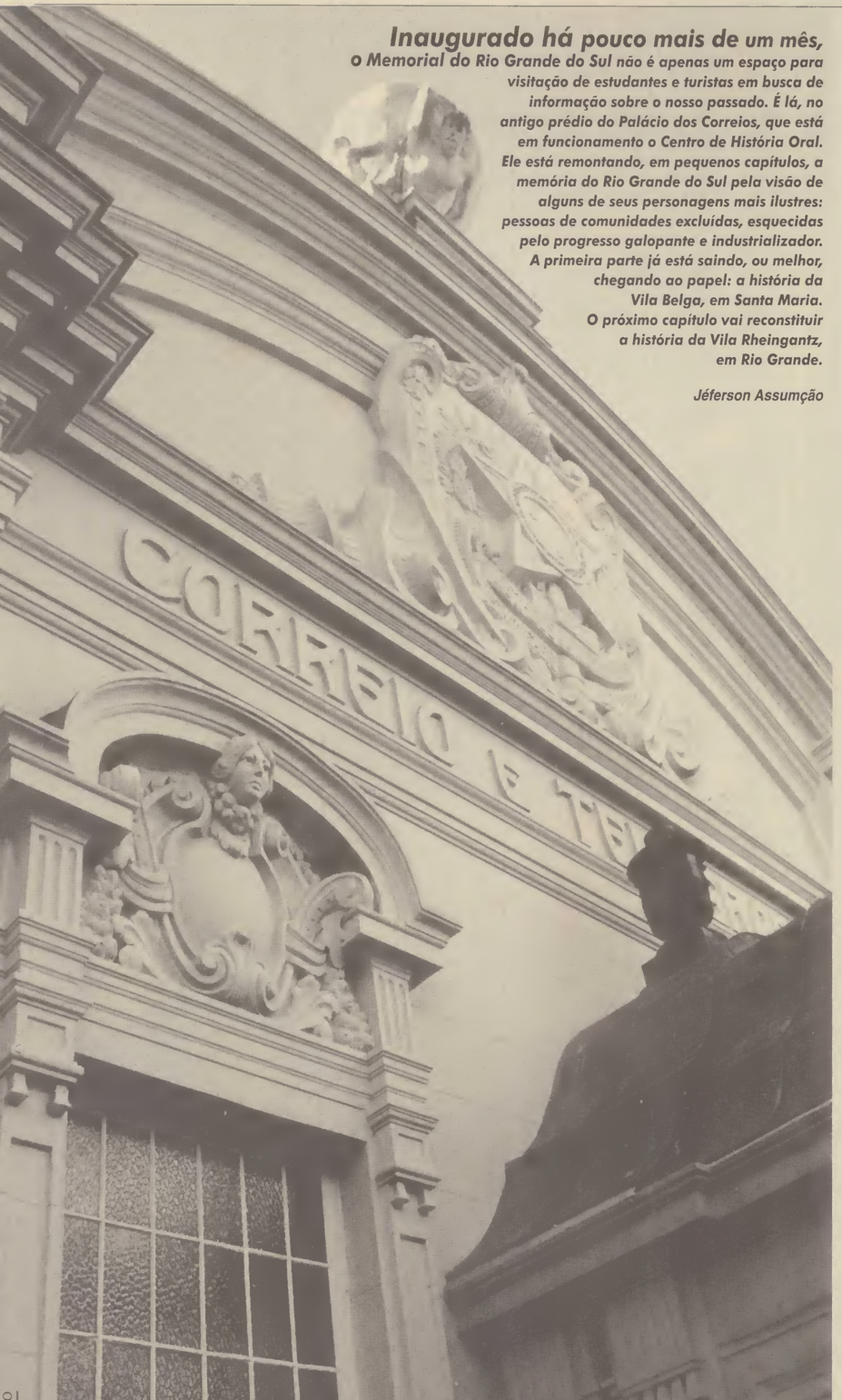
Mostra vai percorrer América Latina

O Concurso Ambiente 2000 recebeu 135 projetos arquitetônicos oriundos de oito países da América Latina. Com o objetivo de reunir propostas para uma arquitetura mais sustentável, a mostra foi dividida em duas categorias: Casa Ambiental e Fragmento Urbano Sustentável.

A primeira, destinada a universitários, propunha o planejamento de moradia unifamiliar; na segunda, para formandos e arquitetos recém diplomados, os projetos deveriam repensar um setor urbano, preocupando-se com a sua sustentabilidade econômica e social. O projeto de Kunze e Nathalia foi um dos três que receberam menção do júri internacional em sua categoria. P. Arpajou e L. Remedil, de Rosário no México, foram agraciados com o 1º prêmio. Todos os trabalhos serão publicados na revista Ambiente.

Arquitetos da ArquiAm – organização internacional que apoiou o concurso – foram responsáveis pela divulgação da mostra em suas regiões. Em Porto Alegre, o responsável pelo concurso foi Leandro de Andrade, do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs. De abril a junho, a instituição sediou um ateliê aberto, com oito encontros quinzenais para discussão dos projetos. Os 14 trabalhos inscritos em Porto Alegre ficaram expostos de 26 a 30 de junho na Faculdade. Dentre as concorrentes na Categoria Casa Ambiental, seis propostas vieram de grupos da Ufrgs e uma da Ulbra. Duas equipes de alunos do 5º ano do curso na universidade apresentaram projetos para o redesenho de um fragmento urbano mais sustentável. Outros cinco projetos foram apresentados por profissionais, a maioria ex-alunos da Ufrgs.

Para Andrade, o concurso teve um caráter muito mais formativo do que competitivo. "É a forma deles participarem de um debate internacional sobre a contribuição da arquitetura na busca de um ambiente urbano mais sustentável." Segundo o professor, os organizadores do projeto pretendem fazer a mostra percorrer toda a América Latina. "Meu objetivo é trazê-la para cá, para que os estudantes possam conhecer os diferentes enfoques desenvolvidos nos três continentes."



Inaugurado há pouco mais de um mês, *o Memorial do Rio Grande do Sul não é apenas um espaço para visitação de estudantes e turistas em busca de informação sobre o nosso passado. É lá, no antigo prédio do Palácio dos Correios, que está em funcionamento o Centro de História Oral. Ele está remontando, em pequenos capítulos, a memória do Rio Grande do Sul pela visão de alguns de seus personagens mais ilustres: pessoas de comunidades excluídas, esquecidas pelo progresso galopante e industrializador. A primeira parte já está saindo, ou melhor, chegando ao papel: a história da Vila Belga, em Santa Maria. O próximo capítulo vai reconstituir a história da Vila Rheingantz, em Rio Grande.*

Jéferson Assumção

RIO GRANDE DO SUL

Memorial traz à tona *a história dos excluídos*

Um importante trabalho do Memorial do Rio Grande do Sul – criado pela iniciativa privada e governo do Estado e inaugurado em junho – será o levantamento de uma parte da História ainda não registrada em livros, revistas ou jornais. É o passado encoberto do Rio Grande do Sul, vivido por muitos gaúchos, mas que não faz parte da narrativa oficial. Está em funcionamento no segundo andar do antigo prédio dos Correios, na Praça da Alfândega, o Centro de História Oral, coordenado pela historiadora Marion Kruse Nunes, diretora adjunta do Memorial.

"Nosso objetivo é trabalhar com comunidades excluídas da história oficial, que é sempre pautada por questões econômicas e políticas", explica a historiadora, ex-coordenadora do Centro de História Oral de Porto Alegre, que fez o levantamento histórico de bairros da Capital como Restinga, Grande Santa Rosa, Chácara da Fumaça e Ilhas. O resultado será publicado em um livro. Parte da tiragem fica com a comunidade, afinal ela é a principal responsável fornecendo informações para o trabalho, outra é distribuída entre órgãos e entidades ou vendida a um preço simbólico.

Na vila Grande Santa Rosa, por exemplo, os pesquisadores descobriram história de uma comunidade que pouco exerceu sua cidadania e que, com o tempo, por diversas questões sociais, foi perdendo sua identidade. "Entrevistamos indivíduos que falam sobre o coletivo. Eles fazem a reconstrução da memória. No entanto, a identidade não pode ser resgatada. Perdeu, perdeu. A comunidade vai criando outra", explica a historiadora.

A história da vila dos ferroviários, a Vila Belga, em Santa Maria, é uma das primeiras a entrar neste trabalho. A então maior cooperativa do Rio Grande do Sul hoje guarda um rico passado, mas que pode se perder como os trilhos de trem que vão se enferrujando com o passar do tempo, vidros quebrados e capim crescendo entre os dormentes. Desde fevereiro de 1997 que o trem de passageiros não passa mais pela estação de Santa Maria, o maior entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul.

Às margens dela, um grande grupo de moradores construiu uma das maiores vilas do Estado, que teve início ainda no final do século passado, quando os belgas construíram a linha férrea Porto Alegre-Santa Maria. "A vila girava em torno da construção da viação férrea", diz Marion. Até 1919, foram os europeus que comandaram a ferrovia, até que foi estatizada.

Pesquisa

Para que o trabalho tenha um melhor resultado, os pesquisadores do Memorial – um grupo de três pessoas – faz um primeiro contato, em que se reúne com a comunidade e explica o trabalho. É para que as pessoas tenham tempo para se organizarem e lembrar detalhes da história. "É para trabalhar a memória". Para chegar até essas pessoas, o grupo vai atrás de moradores, que indicam os mais antigos e os que sabem mais da história da localidade.

Esse período também serve para que os próprios pesquisadores façam o levantamento bibliográfico, colhendo o máximo de "informações oficiais" que conseguirem. "Pegamos a documentação e fazemos o cruzamento com as informações colhidas. Assim é que chegamos às coisas novas, àquilo que não foi registrado, à história que não está contada".

Depois de encerrado o trabalho em Santa Maria, o que deve ocorrer até o final do ano, o grupo de pesquisadores começa a fazer o levantamento da história oral da Vila Rheingantz, em Rio Grande. "Era uma fábrica têxtil, que fica bem visível na entrada da cidade", fala. Para lá foi um grupo de operários açorianos. "É interessante porque na rua, à direita, ficavam os operários e, à esquerda, os técnicos alemães, bávaros. Queremos saber como se davam as relações interpessoais". A indústria, de 1874, é uma das mais antigas do Rio Grande do Sul, e que depois foi transformada em União Fabril.

Fotos Gil Cafrune Gosch

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

A pesquisa histórica, que por enquanto está sendo feita apenas pelo Centro de História Oral, terá um reforço nos próximos meses. Ainda no segundo andar do Memorial, fica a sala de Pesquisa, até agora freqüentada em sua maioria por pessoas que querem saber as origens de seus nomes e de suas famílias. Ao lado dessa sala, ficará o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), que atualmente está localizado em um prédio na avenida Cristóvão Colombo. Na Sala do Tesouro ficam as exposições temporárias de documentos do AHRS. São salas especiais, com mobiliário, iluminação e sonorização concebidas para abrigar este tipo de exposições.

Ainda no segundo piso fica a Sala de Múltiplos Usos, que abrigou, até o dia 31 de julho, a exposição Política, Trabalho e Mulher – Um Perfil da Sociedade Gaúcha, de João Batista Marçal. Trinta quadros contaram a história de 30 importantes mulheres gaúchas.

Linha do tempo

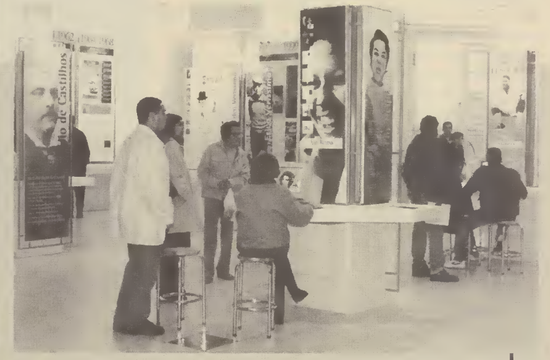
Uma das grandes atrações do Memorial fica no primeiro piso. A Linha do Tempo traz uma exposição permanente, em que o visitante tem à disposição os principais eventos que fizeram a história do povo gaúcho. A mostra aposta na interatividade com o público em 52 módulos e 36 painéis temáticos que contam a trajetória política, social e cultural do Estado. São textos, ilustrações, mapas, jogos eletrônicos, som, multimídia e vídeos. "Uma das maiores atrações é o painel que conta a história do Tesourinha. Um programa de computador simula um Gre-nal e a gurizada faz fila para bater pênaltis", informa o pesquisador Luiz Gustavo Wasilewski, estudante de História na Ufrgs.

No mesmo piso ficam as salas de vídeo (sobre meio ambiente, imigração, guerras e revoluções e cultura e tradição. A sala dos municípios abriga atualmente uma exposição de fragmentos de cerâmica guarani de 500 a. C. até o ano de 1500. São partes de panelas, tigelas, pratos e vasos utilizados pelos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. É para isso que também serve o Memorial, para educação e disseminação de uma consciência histórica. Em um espaço para educação, estudantes e demais visitantes assistem a palestras variadas sobre o passado do Rio Grande do Sul.

Um esforço coletivo

O Memorial do Rio Grande do Sul é o resultado da união de diversas empresas, com o Governo do Estado. A parceria reuniu o Banco Real, a Rede Brasil Sul (RBS), Souza Cruz, Associação Comercial de Porto Alegre e Correios, com apoio das leis federal e estadual de incentivo à Cultura, e as empresas Elevadores Sûr, Gerdau, Semp Toshiba, Springer Carrier e Tintas Ypiranga. O convênio para restauração do prédio histórico e implantação do Memorial foi assinado em 1997. Começou, então, a fase de organização do que seria mostrado ao público. O prédio começou a ser restaurado em 1998, foi totalmente revitalizado para se transformar em um centro de informação e divulgação da história do Rio Grande do Sul. Para isso, está concentrando objetos, mapas, gravuras, fotos, livros etc, expostos com uma concepção museológica moderna, aliada a novas tecnologias, que permitem uma integração mais rápida e fácil entre o público e a história gaúcha.

Para revitalizar este espaço foi contratado um dos mais conhecidos designers na área. O norte-americano Ralph Appelbaum, que idealizou, entre outros, o projeto arquitetônico do Museu do Holocausto, em Washington (EUA), e a Sala dos Fósseis do Museu de História Natural, em Nova York, foi o responsável pelas adequações realizadas no prédio. Os dois pátios internos do Palácio dos Correios, que eram ocupados por cabines de força e um gerador, ganharam clarabóias e elevadores, e estão à espera da abertura do Café do Memorial, para breve.



Revitalização: memorial tem uma concepção museológica moderna, aliada a novas tecnologias, que facilita integração entre o público e a história gaúcha. Ralph Appelbaum foi o designer responsável pela reforma, que não afetou as características originais do antigo Palácio dos Correios.

Revolução de 30 começou pelo Palácio dos Correios

O prédio em que o Memorial do Rio Grande do Sul está instalado é uma atração à parte. Quando foi inaugurado, em 1914, depois de três anos de construção, o Palácio dos Correios, em estilo neobarroco alemão, constituiu-se em um verdadeiro acontecimento na Porto Alegre de então. O projeto arquitetônico do alemão Theodore Wiederspahn contou com a participação de Franz Radermacher, que fez o escudo do Brasil e figuras da fachada, e do espanhol Jesus de Maria Corona, que confeccionou o Atlas, instalado em cima do prédio.

Na revolução de 30, o suntuoso prédio foi um dos primeiros a serem invadidos pelos revolucionários. É que dali chegavam e saíam as mensagens para outros Estados do País. A sala telegráfica foi a primeira a ser fechada e todas as comunicações, canceladas. Em seguida, foi ordenado aos funcionários que enviassem uma mensagem às agências do interior do Estado: havia estourado "uma revolução vitoriosa". Um carregamento de revólveres apreendidos em um contrabando estava no porão do prédio e logo foi distribuído entre os revolucionários. Dentro, ficava (ainda dá para visitá-lo) a pesada porta do antigo cofre.

Amarelo

Reformado, o Palácio retomou sua cor original, amarela, que com o tempo havia ficado cinza. Para voltar à cor original foram necessárias longas pesquisas, inclusive raspagem das paredes e aberturas. Para pintar o prédio com as antigas cores, foi contratada uma fábrica de tintas, que procurou encontrar os tons mais próximos da pintura original.

A história do prédio é contada na Memória do Prédio dos Correios e Telégrafos, com uma exposição permanente de selos importantes. "Estamos esperando que venha para cá o selo de 1999, premiado internacionalmente, único do mundo a ter um cheiro especial, de madeira queimada", fala a funcionária dos Correios Terezinha da Mata. Ela acompanha os visitantes em outra viagem possível dentro do Memorial, a que conta a história dos selos brasileiros.

LE MONDE DIPLOMATIQUE

As polêmicas referentes à guerra contra a Iugoslávia giraram em torno de uma questão: a Otan possuía legal ou moralmente o direito de empregar força militar contra um Estado soberano para impedi-lo de violar os direitos humanos de seus próprios cidadãos?

A Otan no banco dos réus?

*Avner Gidron e Claudio Cordone**

De 24 de março a 10 de junho de 1999, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) manteve uma guerra aérea contra a República Federal da Iugoslávia (RFI) sob o código de Operação Força Aliada.[1] Os balanços detalhados fornecidos pelo governo da Iugoslávia avaliam as perdas civis entre 400 e 600 pessoas. A Otan não informa sobre estimativas oficiais de organizações civis ou de combatentes da Iugoslávia mortos. As forças da Aliança Atlântica não sofreram nenhuma perda durante a campanha aérea.

A maior parte das polêmicas referentes a essa operação giraram em torno de uma questão: a Otan possuía legal ou moralmente o direito de intervir militarmente contra um Estado soberano para impedi-lo de cometer violações dos direitos humanos contra seus próprios cidadãos? Trata-se de um debate importante, principalmente porque levanta a questão do que poderia e deveria ter sido feito em caráter preventivo pela comunidade internacional durante os anos em que a Anistia Internacional, entre outros, denunciavam os abusos no Kosovo, tentando evitar a crise de março de 1999. Também se questiona se, antes de iniciar os bombardeios, a Otan não poderia ter previsto e levado em conta o nível catastrófico das violações dos direitos humanos no Kosovo cometidas pelas forças da Iugoslávia depois do início de tal operação.

À luz do direito internacional humanitário

A Anistia Internacional reconhece essas questões, mas não cabe a ela julgar se o recurso à força em tal ou tal caso é justificado ou não. Ela não se posiciona sobre a adequação da intervenção militar da Otan contra a RFI nem sobre qual deveria ser a solução política para o problema no Kosovo. Em compensação, observou a conduta da intervenção militar da Otan à luz do direito internacional humanitário, aplicando critérios que utilizou para a observação de forças da Iugoslávia no Kosovo, ou para todos os lados envolvidos em conflitos no mundo todo. O pedido, muitas vezes reforçado pela Otan, de ser julgada à luz da causa humanitária, pode ser lido como um pedido para ser julgada segundo normas mais tolerantes que as aplicadas à Iugoslávia. Nenhuma organização imparcial pode admitir dois padrões tão diferentes e julgar de acordo com dois pesos e duas medidas.

A Otan rejeitou todas as acusações de infração contra o direito humanitário internacional, avaliando que sua campanha aérea contra a Iugoslávia foi a mais precisa da história e que nunca tantas precauções foram tomadas para proteger os civis. No entanto, em várias circunstâncias, as coisas aconteceram tragicamente, como a própria Otan reconhece. E não se trata apenas de acidentes inevitáveis.

Bombardeios sobre a população civil

A Anistia Internacional examinou vários aspectos da campanha, incluindo nove ataques específicos durante os quais civis foram mortos e o direito de guerra pode ter sido ou foi violado. Não teve meios de analisar outros ataques, como os das pontes de Novi Sad, que talvez fossem ilegais mesmo que nenhum civil tivesse sido morto. E também não tem condições de avaliar o impacto global dos bombardeios sobre a população civil.

Sobre os fatos disponíveis, principalmente as declarações públicas da Otan e de discussões com altos oficiais da Aliança em Bruxelas, em fevereiro de 2000, parece que a Otan nunca sustentou suas obrigações legais em relação à escolha de alvos e de métodos e meios de combate.

Protocolo I é desconhecido

Num caso, atacou um alvo civil: os estúdios da Rádio e Televisão Sérvia (RTS), em Belgrado, cometendo assim um crime de guerra. Em outros ataques, como os das pontes de Grdelica, as forças da Otan não suspenderam seus ataques, ainda que ficasse evidente que haviam acertado civis. Outros casos, incluindo ataques sobre populações refugiadas em Djakovica e Korisa, mostram que as precauções tomadas foram insuficientes para minimizar as perdas civis – que poderiam ter sido significativamente reduzidas se as forças da Otan tivessem adotado plenamente o direito de guerra.

Durante a Operação Força Aliada, a Otan nunca esclareceu que normas do direito internacional humanitário eram aplicadas por suas forças nem como podia manter uma interpretação comum dessas regras durante a campanha. Os membros da Aliança não assinaram os mesmos tratados. Os Estados Unidos, cujos aviões participaram de 80% dos ataques aéreos,[2] não ratificaram o Protocolo I adicional, anexado às Convenções de Genebra de 1949; a França e a Turquia também não. O porta-voz da Otan, Jamie Shea, repetiu durante toda a campanha que nunca as leis de guerra haviam sido tão respeitadas, mas nunca mencionou diretamente o Protocolo I.

De como escamotear explicações

Os representantes da Otan que se encontraram em Bruxelas insistiram no fato de que apenas os Estados-membros estavam submetidos, a título individual, a obrigações legais. A Otan não possui nenhum mecanismo capaz de impor o respeito a um conjunto de normas, nem de garantir uma interpretação comum. Esta fica a cargo de cada Estado membro, o que leva a divergências na aplicação das regras.

Os representantes da Otan explicaram que durante a Operação Força Aliada, a Aliança designava os alvos aos Estados membros, e que estes podiam recusá-los se, por exemplo, do seu ponto de vista, o ataque violasse o direito internacional ou mesmo suas próprias leis nacionais. Se um alvo fosse recusado pelo país designado por ser considerado ilegal, ele não era passado a outro país, afirmaram os porta-vozes da Aliança. No entanto, na prática as coisas não aconteceram necessariamente assim. Pelo menos em um caso, o ataque aos estúdios da Rádio e Televisão Sérvia (RTS), parece que a operação foi mantida, apesar de desacordos entre os membros da Otan quanto à sua legalidade. "Precisamos entender", explicava o general Michael Short, comandante das forças aéreas aliadas do Sul da Europa, "de que forma é possível se manter dentro dos limites que nossos parceiros impõem a eles próprios e a nós também. Algumas nações não atacariam alvos que minha nação atacaria. Nações não compartilham conosco a noção do que é um alvo militar válido, e isso deve ser levado em conta. Todos temos que saber que todos os aviões baseados no Reino Unido estão submetidos aos regulamentos do governo do Reino Unido na hora de julgar se um alvo que estamos mirando é legal ou não."[3]

Ministro francês denuncia EUA

"Todos os países da Aliança Atlântica agiram dentro das regras da Otan, com coordenação e discussão sobre os alvos", declarou à BBC Hubert Védrine, ministro francês das Relações Exteriores. "No entanto, os Estados Unidos tiveram uma ação a mais. Eram recursos nacionais, com uma decisão nacional comandada a partir dos Estados Unidos. Os aliados europeus não conhecem essas ações". A Otan negou essa alegação.[4]

Em várias ocasiões, durante a campanha aérea, a

Otan repetiu que fazia "todo o esforço possível para evitar danos colaterais" e que os pilotos operavam sob "regras estritas". No entanto, nunca revelou essas regras, nem mesmo os princípios subjacentes. Em discussões realizadas em Bruxelas entre a Otan e os representantes da Aliança, a Anistia Internacional soube que cada Estado membro era responsável por escolher quais as regras propostas pela Otan adotaria, mas não conseguiu obter mais detalhes.

O bombardeio de Djakovica

Uma das preocupações conhecidas em relação às regras da Otan fala sobre a prática dos bombardeios de alta altitude. Inicialmente, seus aviões eram obrigados a voar acima de cinco mil metros para proteger os pilotos das defesas aéreas. Esses tetos foram baixados durante a segunda parte da campanha, quando alguns aviões voaram bem mais baixo, a dois mil metros. Os representantes da Otan afirmam que um equipamento voando a cinco mil metros seria capaz apenas de definir qual alvo seria atingido, mas não de perceber um eventual deslocamento de civis nos arredores do alvo. Essa regra, na prática, impedia que os equipamentos respeitassem sua obrigação de suspender o ataque se as circunstâncias no solo fossem alteradas a ponto de tornar o alvo não-legítimo. Depois do bombardeio de um comboio civil em Djakovica, as regras foram revistas para permitir uma confirmação visual da não-presença de civis nos arredores dos alvos.

Ao responder a uma pergunta para um documentário da BBC sobre o que havia acontecido em Djakovica em 14 de abril de 1999, o general Michael Short relatou o seguinte, a propósito dos pilotos: "Eles vieram me ver e disseram: 'Precisamos permitir que os reconhecimentos aéreos sejam feitos a 1.700 metros. Precisamos autorizar os ataques a 2.500 metros e, numa operação de bombardeio, precisamos estar certos de que primeiro verifiquem os alvos e depois subam para os cinco mil metros. Sabemos que isso aumenta significativamente os riscos, mas nenhum de nós quer atingir um trator lotado de refugiados. Não podemos suportar isso.'"[5]

Quase "100% de perfeição"...

Novas medidas foram instituídas depois do ataque de 7 de maio sobre Nis (quando os Estados Unidos pararam de usar bombas de fragmentação) e o ataque de 30 de maio sobre a ponte Varvarin (quando a Otan decidiu evitar atacar alvos como pontes, onde era possível a presença de muitos civis). Essas mudanças, porém, revelaram-se insuficientes para impedir novas perdas civis. Essas medidas de precaução básicas deveriam ter sido adotadas desde o início da campanha, a fim de garantir que as regras da Otan não desrespeitassem o direito de guerra.

A Otan também não lançou o aviso "em tempo útil e por meios eficazes" antes de ataques perigosos para a população civil, como exige o Protocolo I. Segundo os representantes da Aliança, tratava-se de não colocar em perigo a segurança dos pilotos. Seu porta-voz, Jamie Shea, declarou: "Nunca houve na história campanha aérea que tenha tomado tantos cuidados quanto essa, em detrimento dos militares e a favor dos civis. Mesmo que não tenhamos sido capazes de atingir – ninguém consegue nem conseguirá nunca – 100% de perfeição."[6] Ninguém está discutindo a possibilidade de realizar uma guerra com 100% de perfeição. Contudo, a regra de cinco mil metros e a falta de advertências eficazes colocaram a Otan numa posição de onde seria impossível não cometer esses "erros", lamentados por ela em seguida.

A precisão das informações é essencial quando se quer minimizar as perdas civis, particularmente no caso de uma campanha de altas altitudes e utilizando armas de longo alcance. A Otan prendeu-se à fase planejada, como se assumisse que as circunstâncias não mudariam ou que a mudança das circunstâncias (por exemplo, civis aproximando-se dos alvos) tivesse importância secundária. No entanto, erros sérios foram cometidos, incluindo-se o próprio plano de guerra, com conseqüências mortais, como foi o caso dos ataques sobre civis albaneses do Kosovo em Korisa e o ataque à embaixada chinesa em Belgrado.

O bombardeio da embaixada chinesa

Apesar das medidas de segurança, a Otan foi, em vários casos, incapaz de avaliar se atacava de fato alvos militares. Durante várias operações, essas avaliações se revelaram errôneas. Num contexto como esse, os riscos de repercussão de um ataque sobre civis são ainda maiores, e a necessidade de se instituir proteções mais eficazes para futuras campanhas também.

Durante a Operação Força Aliada, a Anistia Internacional escreveu à Otan para pedir uma investigação a respeito de vários ataques aqui mencionados. Os oficiais responderam que as investigações internas já tinham sido conduzidas. Contudo, acrescentaram que não consideravam "útil" divulgar os resultados ou revelar detalhes referentes às forças implicadas. Especificaram que nenhuma medida penal ou disciplinar seria tomada contra pessoas envolvidas nos ataques incriminados. No entanto, a CIA revelou em seguida, no mês de abril de 2000, que vários de seus oficiais haviam sido submetidos a medidas disciplinares por sua atuação falha na identificação da embaixada chinesa de Belgrado.

A Otan declarou que, não dispondo de fontes diretas na Sérvia, encontrava-se impossibilitada de avaliar as perdas civis causadas pelos bombardeios. No entanto, isso não impediu outros tipos de investigações como prova o relatório norte-americano sobre o balanço da ação no Kosovo (*US Department of Defence's Kosovo After Action Report*[7]). Isso não explica por que investigações similares à do bombardeio da embaixada chinesa não foram levadas adiante em outros casos, menos importantes politicamente, que dizem respeito a perdas civis causadas por ataques da Otan.

A omissão do tribunal internacional

Em 13 de junho, num processo que daria credibilidade à transparência do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII), o escritório da procuradora do TPII, Carla Del Ponte, tornou público um relatório de uma comissão interna sobre a campanha de bombardeios da Otan. A procuradora aceitou a conclusão do relatório – não realizar investigações penais contra a Otan – nas seguintes bases: "Ou a lei não é suficientemente clara, ou as investigações têm pouca chance de chegar à apresentação de provas suficientes para justificar a condenação de personalidades de alto escalão ou de pessoas mais modestas, acusadas de serem responsáveis por crimes particularmente graves."

Reproduções

A Anistia Internacional respeita a avaliação da procuradora. Contudo, nota que o relatório em questão indica que, interrogada sobre "questões específicas em relação a incidentes específicos, a Otan formula sua resposta em termos gerais e sem referências aos acidentes específicos". O relatório aponta também para o fato de que "a comissão não falou com as pessoas envolvidas na direção ou execução da campanha de bombardeios". Esses fatos contribuíram para a falta de informações reconhecida pelo relatório da própria comissão. Em compensação, o relatório não explica quais são as dificuldades reveladas pelo escritório da procuradora na coleta de provas contra qualquer personalidade oficial da Otan ou de um Estado membro.

Relatório do Human Rights Watch

A falta de cooperação efetiva da parte da Otan em resposta aos pedidos do TPII é lamentável. A decisão da procuradora de não empreender investigações penais não deveria levar a ignorar os detalhes e nuances contidas no relatório, nem a desconsiderar as recomendações feitas pela Anistia Internacional (leia nesta edição) e outras organizações, inclusive o relatório da Human Rights Watch[8] publicado em fevereiro de 2000.

A Otan deve tirar algumas lições da Operação Força Aliada em relação à forma de maximizar a proteção dos civis, como exige o direito internacional humanitário. A mais forte aliança militar do mundo não pode decidir o mais alto nível de proteção em relação a isso.

Traduzido por Denise Lotito

* Respectivamente consultor de investigação e mandato e diretor do Programa de Investigação e Mandato da Secretaria Internacional da Anistia Internacional em Londres.

1. Num relatório publicado em junho de 2000, "'Danos colaterais' ou homicídios legais? Violação do direito de guerra pela OTAN durante a Operação Força Aliada", a Anistia Internacional examina vários aspectos dessa campanha aérea, principalmente as regras de filiação e outros aspectos operacionais, à luz do direito internacional humanitário. Amnesty International, Londres, EUR. 70/18/00; *www.amnesty.org/ailib/intcam/kosovo/docs/nato_all.pdf.*
2. Military Readiness Subcommitee of House Armed Services Commitee, Hearing on the Readiness Impact of Operations in Kosovo, Washington, 25 de outubro de 1999.
3. Observação do general Michael C. Short feita à Air Force Association's Air Warfare, 25 de fevereiro de 2000.
4. "Moral Combat - Nato at war", programa da BBC2 de 12 de março de 2000. Durante esse programa de televisão, o general Wesley Clark, comandante supremo das Forças Aliadas da Europa, negou as alegações francesas de uma operação americana separada: "É mentira... eu comandei todas as forças"
5. "Moral combat - Nato at war", op. cit.
6. Coletiva de imprensa, Jamie Shea e general Walter Jertz, Bruxelas, 13 de maio de 1999.
7. www.defenselink.mil/pubs/kaar02072000.pdf.
8. Relatório do Human Rights Watch, "Civilian Deaths in the Nato Air Campaign", Fevereiro de 2000, *www.hrw.org/reports/2000/nato*

Aloysio Biondi - Jornalista

Fim do neoliberalismo, a virada!

Houve outra "virada" na própria história do planeta terra, que a grande imprensa e analistas simplesmente ignoraram. Reunidos na capital alemã em princípios de junho, os chefes de Estado dos sete países ricos, agrupados no chamado G-7, assinaram um tratado rejeitando as políticas neoliberais.

Já chamado de Consenso de Berlim, como substituto do Consenso de Washington que deu origem à onda neoliberal, o acordo chegou até a ser noticiado pelos jornais, no dia de sua assinatura – mas depois o silêncio foi total: nem uma análise, nem uma entrevista, nem uma suíte, nada de nada... No entanto, as conseqüências para os rumos da humanidade são óbvias (até a próxima "virada", claro): são enterradas as teorias que dominaram o mundo nos últimos anos, pelas quais o Estado deveria interferir o mínimo na vida dos países, deixando que "o mercado" se incumbisse de fazer todos os ajustes na economia – inclusive quanto à criação de empregos e melhora na distribuição da renda. As questões sociais foram varridas do mapa, aceitando-se a impiedosa "exclusão de centenas de milhões de seres humanos", em nome da "eficiência" e da "globalização" impulsionada pelo FMI e Banco Mundial, a onda neoliberal, como muitos críticos previam, no final das contas não passou de uma gigantesca gazua que os países ricos, e não apenas os EUA, mas também e principalmente a Europa, usaram para tomar de assalto os recursos naturais e depois até as fábricas de pão de queijo dos países "emergentes", que, mui obedientemente, viraram imergentes. Mais uma vez, vai-se tentar apresentar a reviravolta como uma "surpresa", algo surgido da noite para o dia. Na verdade, ela tem tudo a ver com outras mudanças radicais no "jogo do poder" internacional, também ignoradas nos anos recentes, e para as quais esta coluna, mais de uma vez, tentou chamar a atenção. Em síntese, o neoliberalismo está sendo enterrado como conseqüência do aumento do poderio econômico e político da Europa, que coincide com o agravamento dos problemas da economia dos EUA (mantidos na sombra por uma prosperidade com pés de barro, e pelo ensandecido *boom* nas bolsas de valores). A Europa passa a dividir, de fato, a hegemonia mundial com os EUA – e o euro passa a fazer frente ao dólar, como moeda de aceitação internacional.

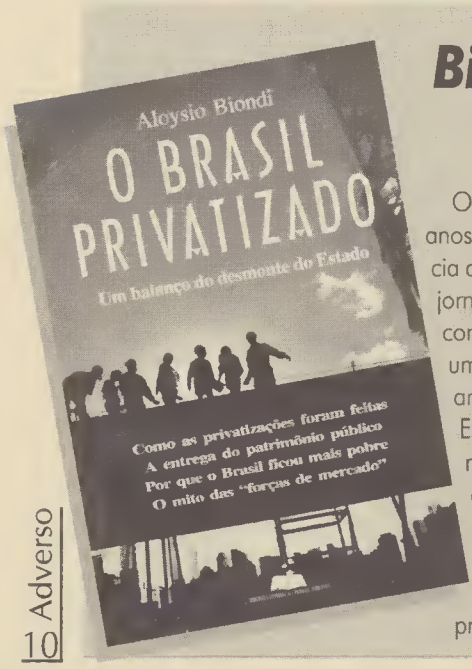
As mudanças políticas

Todas essas mudanças marcantes, ao longo dos últimos dois anos sobretudo, foram ignoradas à direita e à esquerda. No caso da direita, o silêncio talvez tenha sido e continue a ser deliberado, já que toda a sua máquina de propaganda esteve voltada para vender a idéia de que o modelo neoliberal era o caminho certo para o nirvana da prosperidade mundial, apresentando os EUA como a melhor prova dessa tese (dentro da "lavagem cerebral" neoliberal, vale relembrar a matéria de capa sórdida publicada em 1999 pela tradicionalmente respeitável revista The Economist prevendo "crise iminente" e terremoto social na China...). Se a direita defendia seus interesses, a esquerda, como sempre, mergulhava em discussões intermináveis, ótimas para "seminários", sobre qual a chamada "via" que os partidos socialistas europeus estavam trilhando: segunda, terceira, quarta, quinta? Blair é um traidor? Jospin é um burguesinho?

Esses debates intelectualóides impediram que se enxergasse outro fato histórico, certamente o nascedouro do Consenso de Berlim, ou o começo do fim do neoliberalismo. A partir do final de 1998, quando Schröeder venceu as eleições na Alemanha, todos os principais países europeus passaram a ser governados por partidos de esquerda. Menos espectaculosa que a queda do muro, dez anos antes, essa hegemonia dos partidos socialistas – de que "via" sejam – obviamente teria reflexos nas decisões políticas da Europa, entre as quais a rejeição às teorias neoliberais eram favas contadas. A guinada já estava em marcha. A homogeneidade de objetivos entre os governos de esquerda contribuiu para acelerar a implantação do euro, em janeiro do ano passado, com a superação de conflitos "nacionalistas" entre França e Alemanha, por exemplo.

As mudanças econômicas

Em economia, a aparência freqüentemente pode ser o oposto da realidade. Nos últimos anos, o noticiário sobre a "prosperidade norte-americana" assombrou o mundo. E a "fraqueza" do euro diante do dólar impressionou os incautos. Tudo aparência. Há décadas, a economia norte-americana mantém seu crescimento à custa de importações maciças, muito acima do valor das exportações, acumulando rombos fantásticos em sua balança comercial. Qualquer país nessa situação deficitária é forçado a desvalorizar sua moeda, para encarecer (e reduzir) as importações e baratear (e aumentar) as exportações, em busca de equilíbrio em suas trocas com o resto do mundo. Os EUA sempre fugiram à regra, simplesmente emitindo dólares para pagar suas compras – o que, já na década de 60, fazia o presidente francês De Gaulle chamar o dólar de mero "papel pintado". Ou fez o ex-ministro americanófilo empedernido, Roberto Campos, chamar os EUA de "caloteiro mundial número um", no ano passado. Até 1998, o déficit mensal dos EUA com outros países chegava a incríveis 15 a 18 bilhões de dólares – por mês. Em 1999, ele saltou para os 25 bilhões de dólares, e hoje está na faixa dos 30 bilhões de dólares. Por mês. Já em 1999, o BIS, banco central dos bancos centrais, em seu relatório divulgado em meados do ano, dizia que a situação era insustentável, e que o dólar deveria ser desvalorizado no mínimo em 23 por cento em relação ao euro, e em 28 por cento em relação ao iene japonês. Essa, a lógica econômica. Mas aconteceu o contrário: o dólar continuou a valorizar-se, e o euro a despencar. Por trás dessa tendência, esteve presente um fator que o cidadão comum dificilmente consegue entender: a queda do euro interessava à União Européia, exatamente para baratear suas exportações e encarecer as importações. Isto é, uma estratégia que chegou a provocar protestos oficiais de Clinton. Na prática, o euro desvalorizado permitiu aos países da União Européia baterem recordes de exportação, manterem a economia (e o emprego) em crescimento – e acumularem um saldo positivo na faixa de 200 bilhões de dólares anuais. Enquanto isso, os EUA apresentam um "rombo" de 300 bilhões de dólares e que caminha para os 360 bilhões de dólares em 12 meses. O que a Europa tem feito com essa enxurrada de dólares? Basta olhar ao redor: suas multinacionais e bancos vêm comprando empresas e "concorrentes" em todo o mundo, inclusive nos próprios EUA. Enquanto os holofotes estavam concentrados na "prosperidade norte-americana", a Europa ampliava seu poder ao redor do mundo, pela presença crescente de suas empresas também em áreas estratégicas como energia, petróleo, telecomunicações. Os EUA já não detêm a hegemonia econômica absoluta – nem a política, no mundo. A mudança se refletirá sobre o dólar, e seu poderio irreal. Além da ascensão européia, não se pode ignorar dois outros fenômenos que contribuíram para o enterro do neoliberalismo. Primeiro: os relatórios anuais do Banco Mundial e FMI, de outubro do ano passado, que mostravam o avanço da miséria em todo o mundo, simultaneamente ao aumento do fosso entre países ricos e pobres, contrariando todos os mitos das vantagens da globalização e "sabedoria do mercado". Segundo: as gigantescas manifestações de rua, primeiramente em Seattle, contra essas mesmas conseqüências da "onda neoliberal". Um cínico diria finalmente que, agora que "já comprou tudo", a Europa pode dar-se o luxo de ser boazinha com suas novas colônias, como o Brasil de Ferdinand Henri...



Biondi foi um crítico contundente do desmonte do Estado

O jornalista Aloysio Biondi, de 64 anos, tornou-se um símbolo de resistência ao chamado "pensamento único" no jornalismo brasileiro. Voz isolada, mas contundente, ele foi responsável por uma das mais completas e precisas análises da política de desmonte do Estado no governo FHC. Morreu no mês de julho, em decorrência de complicações cardíacas, em pleno vigor intelectual, sem arredar pé de suas convicções, como mostra o último artigo que escreveu e que reproduzimos aqui. "O fim do neoliberalismo, a virada!" é uma espécie de artigo-testamento aos leitores.

Em sua longa carreira – foram quase 45 anos de ofício – Biondi trabalhou nos principais jornais do país. No ano passado, lançou "O Brasil privatizado – Um balanço do desmonte do Estado", com dados, informações e análise do programa de privatizações, abrangendo principalmente o período 1994/1999. Em 13 artigos, o jornalista denuncia o processo de desmoralização dos bancos públicos, o escândalo envolvendo a privatização do petróleo, o aumento da dívida pública e o o mito das "forças de mercado".

Anelise de Lima Palombini - Depto. de Psicanálise e Psicopatologia / Ufrgs

Mostra do redescobrimento

Um fim de semana espichado em São Paulo, visitando amigos queridos, acabou sendo ocasião para um encontro com as origens que todo brasileiro deveria ter a oportunidade de viver. Durante sete horas, estive mergulhada no Parque Ibirapuera, visitando a Mostra do Redescobrimento, da Fundação Bienal de São Paulo. A Mostra faz jus ao nome: conhecê-la constitui-se uma experiência, no sentido forte do termo, em que nos redescobrimos brasileiros.

A oca

O pavilhão Lucas Nogueira Garcez tem as formas arredondadas de uma oca. No seu subterrâneo, está a mostra arqueológica: curiosa, ela nos põe em contato com informações longínquas, escavadas em sítios arqueológicos diversos, compondo o rosto e hábitos de nossos antepassados os mais remotos. E situa o ponto em que o humano se constitui enquanto tal: na capacidade de simbolizar, expressa em produções pictóricas destinadas a um Outro – semelhante ou deus. Entre mapas e informações, amuletos, adornos e pinturas rupestres, encontramos a reconstituição do rosto de Luzia, o mais antigo esqueleto humano em terras brasileiras, com quase 12 mil anos de idade.

Poucos metros separam a mostra pré-histórica da indígena, distribuída em três pisos do mesmo prédio. Uma paisagem quase onírica nos introduz num mundo de máscaras e outros objetos ritualísticos: são campos de perfiladas penas brancas, tapetes geométricos coloridos de sementes e, no andar superior, um céu de nuvens claras e esparsas. As máscaras, de formas e materiais diversos, em tons crus de palha ou nas cores vivas de muitas plumagens, estão expostas, algumas, como em vitrines; outras, protegidas por vidros foscos, preservam o esoterismo de suas funções rituais, não se dando a ver de todo. Feitas para cobrir o corpo ou apenas o rosto, elas reproduzem feições animais ou antropomorfas, num mimetismo de formas e atributos. Além da beleza, são admiráveis pela engenhosidade que as constitui, trama árdua e paciente, carregada de sentidos que transcendem a materialidade da obra.

Nos pisos superiores, distribuem-se os adornos, vestimentas, utensílios domésticos, de caça, de luta. Alguns, como as máscaras, protegidos atrás de vidros. São, certamente, os mais valiosos, e é desconfortável verificar-lhes a procedência: Museu Nacional de Etnologia, em Dresden, Alemanha; Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague; Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, Portugal. O sentido da expropriação reatualiza-se ali. Em contrapartida, há inúmeros objetos perfilados sobre uma bancada baixa. São cestos, bolsas, máscaras, miniaturas animais: reproduções em série, quase como mercadoria, que diz de uma incorporação peculiar ao mundo dos brancos.

Por fim, próximo à saída da oca, um conjunto de desenhos e pinturas feitos por índios retrata motivos telúricos em traços primitivos, direcionados ao mercado de arte. Dividem o espaço com a tela de um vídeo, que naquele momento transmite ritos e danças tribais. O vídeo encerra-se com o agradecimento do jovem índio, diretor do filme, ao conselho de anciões de sua tribo, por terem – em que pese as tradições – permitido a gravação, entendendo a importância de fixar e difundir aquelas imagens. Questão de sobrevivência.

O Barroco

No piso inferior do pavilhão Ciccillo Matarazzo, inicia-se a mostra do barroco. A sensação é de estar penetrando uma floresta. Entre troncos que alcançam o teto e ao som de pássaros e outros animais silvestres, as imagens rústicas de santos, talhadas por mãos missioneiras de índios, já não guardam vestígio da arte indígena que acabáramos de percorrer. Na voz de Maria Bethânia, declama-se o elogio da ordem religiosa ao talento natural dos silvícolas, a serviço de um deus único. Trilhando o chão da floresta, capturados por impressões dos sentidos, vamos sendo levados a um outro cenário. A rusticidade dos troncos dá lugar a campos de flores inventadas, roxas e amarelas. No teto, luzes estelares de um céu infinito. As imagens sacras, distribuídas entre as flores, são tantas, tão ricas e primorosas, que fazem emudecer. São santos brancos, negros, mestiços, envolvidos em ricos mantos ondulados ou sob roupagem austera, de gestos amplos ou contidos. É possível deter-se, horas a fio, diante de cada um deles. Mas é o seu conjunto, a exuberância do cenário que os reúne, a música que se escuta como pano de fundo, ladainhas em sobreposição a cânticos, o que, pouco a pouco ou de súbito, carrega-nos para a zona recôndita e insabida de cada um, banhada na fonte de uma religiosidade latente, cujos traços nem sempre se fazem reconhecer. Depois de escutar Gregório de Mattos e o sermão de Padre Vieira sobre o pregar que é semear, feito de palavras e obras, entramos num espaço onde sons, imagens, personagens misturam-se. Somos também personagens, em meio a uma procissão que atravessa tempos e templos, finalizando em carnaval e candomblé.

"Abandono" de Oswaldo Goeldi

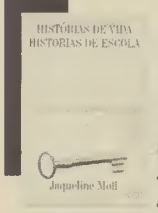
Imagens do inconsciente

Deixamos o barroco com destino ao modernismo. Porém, plenos ainda de imagens, perturbados por essa afetação do sagrado sobre nossos pensamentos, não alcançamos os modernos. Arthur Bispo do Rosário parece mais próximo do estado emotivo de nossa alma. Sua obra, coleção de objetos, bordado de palavras, também fala a um deus.

Mas, afinal, que deus é esse de que comungamos nós, brasileiros de todos os quadrantes? De onde a força arrebatadora de seus símbolos, atingindo zonas impensadas de nosso ser? A julgar pelo percorrido que a mostra barroca nos permite fazer, se um deus pai católico é ponto de partida da obra, ele sucumbe à reinvenção plural e viva do sincretismo, que busca, no caráter híbrido e miscigenado de nossa história, um lugar de fundação. É nessa mistura criadora em que nos perdemos que se torna possível reconhecermo-nos. São os seus traços na obra o que toca, de forma tão sensível e perturbadora, nosso inconsciente.

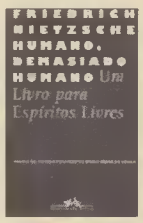
Esse ponto de perturbação retroage sobre as impressões que a mostra indígena produzira. A passagem pelo barroco intensifica-lhe o estranhamento, a experiência do fora-de-lugar. Enquanto o cenário armado pela mostra barroca nos captura, envolve, engole, o indígena – belo também, sem dúvida –, contempla-se à distância. A obra, protegida sob a superfície fria de imaculados vidros, resta inacessível. Manto tupinambá e tantos outros, expostos como relíquia morta. Com efeito, a mostra indígena, contínua à arqueológica, fala de uma nação dizimada. O estranhamento remete ao sinistro dessa relação a uma ancestralidade da qual somos também os algozes. A magnitude do recalque que essa relação opera impede que nos reconheçamos no que nossa origem primeira produz. Seria preciso estilhaçar os vidros, criar pontes entre essa origem suprimida e aquela cujas insígnias carregamos. Seremos capazes disso? É pela tela exígua do vídeo que um índio nos dá a ver os sentidos a extrair de tantos objetos que se expõem a nós esvaziados de seu contexto. É difícil o encontro, mas necessário buscá-lo. Como não hesitaram em fazer os três mil índios reunidos na Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, na passagem dos 500 anos do descobrimento. Nossos governantes, então, apenas souberam repetir os atos de violência perpetrados desde a chegada dos europeus ao continente. Seguimos sofrendo os efeitos do que se passou num 22 de abril, na região de Porto Seguro, no sul da Bahia: redescobrir-se brasileiro impõe reconhecer em si mesmo a marca do sinistro que a violência instaura.

ORELHA



Histórias de vida
Histórias de escola
Elementos para uma pedagogia da cidade
Jaqueline Moll
A partir de uma pesquisa na periferia de Porto Alegre, a autora revela as concretudes de uma escola pública possível para e com as classes populares.
Editora Vozes. 205p. R$ 18,00

A Pirâmide
Ismail Kadaré
Romance político escrito pelo albanês Ismail Kadaré. Nele, o autor narra a saga da construção da maior de todas as pirâmides, a de Quéops. A pirâmide representa o poder absoluto do faraó, mas também é um símbolo de morte. É uma metáfora dos totalitarismos.
Companhia das Letras, 152 p. R$ 22,00



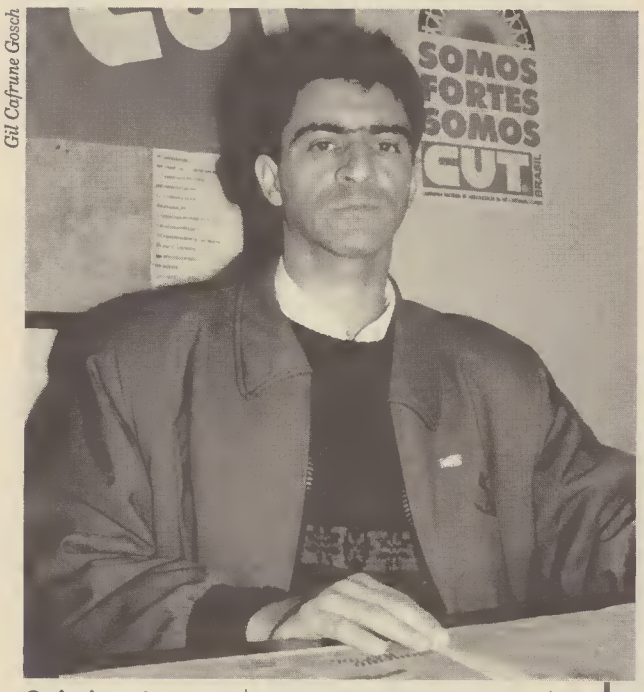
Humano, demasiado humano
Friedrich Hietzsche
Dia 25 de agosto, completam-se 100 anos de morte do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Estão sendo lançados vários livros sobre sua obra e relançados os de sua autoria. Escrito em tom sereno e de modo claro, este é um dos livros mais acessíveis do autor.
Companhia das Letras, 352 p. R$ 27,00

WWW

Arte
www.br500anos.com.br
Sítio da Fundação Bienal de São Paulo. Possibilita a pesquisa de informações sobre acervo, artistas e curadores da Mostra do Redescobrimento - Brasil 500 anos

Ambiente
www.home.techno.com.br/vidagua
Página do Instituto Ambiental Vidágua. Oferece uma grande lista de links ambientais divididos por temas, além de informações sobre recursos hídricos e legislação.

Trabalhadores devem disputar meios de produção



Gil Cafrune Gosch

Quintino: é preciso disputar a economia para um dia transformar o Brasil em um país socialista

O metalúrgico Quintino Severo, 36 anos, é o novo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS). A eleição aconteceu no dia 2 de julho, durante o Congresso Estadual, em Caxias do Sul. No comando da regional gaúcha da maior central sindical do Brasil, Quintino pretende desenvolver uma prática que privilegie tanto a mobilização dos trabalhadores por seus direitos sociais quanto o fomento a iniciativas, por parte dos trabalhadores, no campo econômico, em diferentes processos produtivos.

Jéferson Assumção

Adverso - *Quais são os grandes desafios da CUT hoje?*

Quintino Severo - Existem vários desafios. Além dos estruturais, os conjunturais, que vão se dar no decorrer do próximo período. No que diz respeito aos desafios mais conjunturais é enfrentar neste momento a política econômica e social do governo FHC. Tanto que as ações que a CUT vem desenvolvendo neste momento são de confronto a essa política. Nós pretendemos ainda neste ano desenvolver ações que possam dar repercussão, combatendo este governo. E as primeiras foram a Marcha dos Sem e o protesto durante a visita de FHC ao Estado.

Adverso - As ações foram bem-sucedidas?

Quintino - O protesto durante a visita de FHC foi bastante importante. Apesar de não termos conseguido nos aproximar da solenidade, a repercussão foi boa. Reunimos quase mil pessoas, num dia de semana, num horário impróprio para essa atividade. A Marcha dos Sem também foi exitosa. Ela retomou o debate sobre o confronto dos movimentos sociais com os principais meios de comunicação no Estado: a RBS e a Globo. A Marcha começou junto ao relógio da Globo, onde colocamos cartazes dizendo que os trabalhadores querem que aquele seja um espaço público. E pedimos, também, a construção de um monumento que represente a luta dos trabalhadores nestes 500 anos e não um símbolo da exploração. Outro momento importante foi quando paramos em frente ao escritório norte-americano na Riachuelo e entregamos uma carta contra o neoliberalismo. Foi um ato simbólico, mas marcante, que nos deixou de alma lavada.

Adverso - Quais são os próximos eventos da agenda da CUT estadual?

Quintino - A prioridade, agora, é organizar o Plebiscito da Dívida Nacional, que vai acontecer de 2 a 7 de setembro. A CUT já está engajada nos comitês municipal e estadual. Temos que transformar o plebiscito em uma atividade massiva, em que a população participe com muita ênfase. Nos próximos dias, vamos definir quais as ações necessárias para chegar a este objetivo. Outra proposta que foi aprovada na Marcha é o apoio à constituição de uma CPI para apurar o caso do TRT de São Paulo. Estamos iniciando um grande movimento na sociedade para que, de fato, este escândalo seja apurado e os culpados, punidos.

Adverso - Como está a campanha "Fora FHC e FMI"? Ela se intensifica com as denúncias de envolvimento do Executivo Federal no caso do TRT?

Quintino - Pretendemos pressionar para que o Congresso instaure a CPI, mas, para isso, é preciso muita pressão popular. Estamos avaliando que somente com o apoio dos partidos de oposição não será possível fazer uma investigação que aponte todos os envolvidos. Achamos que, se não houver um "frentão" popular, com certeza alguém será escolhido para Judas e a própria mídia se encarregará de desviar o foco para outro assunto.

> ***" Nosso trabalho será centrado na ação direta, através de mobilizações, e na construção de propostas de políticas públicas"***

Adverso - O senhor acha que o clima atual é propício para uma CPI?

Quintino - Acredito que o ambiente nos últimos dias se tornou favorável, principalmente após a polêmica manifestação da Confederação Nacional da Indústria (a Fiesp não endossou nota da CNI em apoio a FHC), que acabou gerando divergências entre os próprios empresários. Isso demonstra a gravidade da situação e indica que o Executivo federal está sim envolvido neste escândalo. A conjuntura, portanto, começa a ser favorável à instalação de uma CPI de verdade, que leve à condenação e punição dos culpados.

Adverso - Que proposta de organização sindical o senhor defende?

Quintino - Em termos de estrutura sindical não é possível criar nada de novo em nível estadual. Já na questão conjuntural, vão surgir fatos novos, que exigirão da CUT decisões rápidas. Neste sentido, o nosso trabalho estará centrado na ação direta – com mobilizações de rua e ações que sensibilizem a sociedade, o poder público e outras autoridades – e na construção de propostas de políticas permanentes na área da saúde, da educação, da previdência... precisamos consolidar a idéia de que os trabalhadores e a sociedade devem intervir nos fóruns sociais, para definir as políticas públicas.

Adverso - O senhor tem falado da necessidade da CUT atuar no dia-a-dia dos trabalhadores...

Quintino - A CUT já defende, em nível nacional, a participação dos trabalhadores em iniciarivas na área de economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda. Esta é uma questão que a Central precisa trabalhar, como alternativa para o desemprego, por exemplo. Os trabalhadores têm que pensar formas práticas de gerar empregos, seja através de cooperativas seja através de empresas auto-gestionadas. Existem várias alternativas, que mostram que isso é possível.

Adverso - Já existem iniciativas nesta área?

Quintino - Na região Sul, a CUT já tem uma agência de desenvolvimento, que nós chamamos Agência de Desenvolvimento Solidário. Ela está gestionando várias iniciativas, tanto na agricultura quanto em cooperativas de leite e eletrificação rural. Há, também, cooperativas de crédito, onde as taxas de juros são bem menores do que as cobradas pelo sistema financeiro. A primeira experiência na região Sul é de 1998. Ela está localizada na Escola Sul da CUT, em Florianópolis (SC), e é responsável por executar as políticas públicas para a região. Em Santo André (SP), há outra em funcionamento e, agora, está sendo criada mais uma no Nordeste e outra na região Norte. São quatro regiões do Brasil desenvolmento projetos semelhantes... Nós entendemos que é preciso que os trabalhadores pensem essas alternativas.

Adverso - Redes de troca, por exemplo?

Quintino - Quando você fala em economia solidária, está se referindo à atuação em todos os espaços, desde a produção até o consumo, porque não é possível produzirmos de forma solidária e mandar para o varejo. Assim, o consumidor continua sendo submetido à política do atravessador. A economia solidária deve ser articulada desde a produção até a comercialização, sob pena de não ser solidária. Mas essa não é a única saída. A gente precisa continuar fazendo ações reivindicatórias, mobilizações, com isso não podemos parar. Mas para chegarmos um dia a assumir de fato o poder neste país, temos que disputar a economia. Temos que nos apropriar da economia, nos apropriar dos meios de produção. Só assim, vamos conseguir transformar o Brasil num país socialista. A menos que houvesse condições de fazer uma revolução e tomar o poder. Me parece que essa situação não está colocada: tomar o poder de assalto, pela revolução. Acho que precisamos acumular forças, disputar espaços, fazendo a resistência.

Adverso -Está mais difícil mobilizar os trabalhadores?

Quintino - Com certeza está bem mais difícil, em função da situação em que se encontra o trabalhador, com desemprego, muita falta de esperança e de perspectiva. Por outro lado, existe um cenário positivo, já que, a cada eleição, mais trabalhadores assumem cargos legislativos e executivos nos municípios e nos Estados. Um dia, esperamos chegar ao poder também no País.

Adverso - A CUT vai participar, de alguma forma, das eleições?

Quintino - Já estamos discutindo a participação da CUT nas eleições. Uma das teses aprovadas no Congresso Estadual diz que a CUT deve promover um amplo debate para ver quais projetos estão em sintonia com os trabalhadores e quais não estão. Nós queremos fazer este debate para dizer à população que o município não está isolado do resto do País. Assim como a política nacional tem reflexo nos municípios, é a soma dos projetos regionais que define a política nacional.

*